

Falta de quórum adia exame do pacote

Givaldo Barbosa

A sessão do Congresso que deveria dizer se o Legislativo aceita ou não analisar as medidas provisórias do pacote do governo seguiu a mesma tradição das sessões do ano passado: não reuniu um número suficiente de parlamentares para votar a matéria. A votação ficou para terça-feira, às 18h30. As comissões mistas encarregadas de elaborar pareceres sobre o assunto desconhecem o que ocorre no plenário: continuam se reunindo e devem apresentar um parecer final já na segunda-feira.

Durante todo o dia apenas 152 deputados e 31 senadores registraram presença na casa. O número mínimo para análise de qualquer matéria é 252 deputados e 31 senadores.

O líder do governo no Senado, Ney Maranhão (PRN-PE), afirmou ontem que a administração Fernando Collor passou a adotar uma nova postura com o Congresso Nacional. "Agora vamos marchar para medidas de entendimento de parte a parte", assegurou. "Na legislatura passada o governo não tinha outro caminho que o de entupir o Congresso de medidas provisórias. Ele era quase todo composto de políticos que foram derrotados pelo Presidente Collor nas eleições presidenciais. Este é um outro Congresso, onde o governo tem maioria".

Do lado do Executivo, ele aponta as mais recentes tentativas de aproximação com líderes oposicionistas convidados a um entendimento. "O outro congresso, disse, até que sorria para o governo, mas pronto para lhe dar uma facada na barriga".

Adiamento

O prazo para a entrega dos pareceres dos relatores das medidas provisórias que compõem o Plano Collor II foi adiado, de segunda para quarta-feira da próxima semana. Com isso, os relatores esperam ter mais tempo para as negociações. O relator da MP 295, que congelou preços e salários, deputado Paes Landim (PFL-PI), esperava receber ainda ontem à noite resposta do Ministério da Economia às suas sugestões de reindexação trimestral dos salários mais baixos e fim da data-base unificada. A resposta seria discutida, também na noite de ontem, na primeira rodada formal de negociações entre os líderes partidários.

Landim admitiu que a resposta da equipe econômica não seria a palavra final da negociação. "Para conseguirmos aprovar o parecer na

Comissão Mista temos que mudar a política salarial", afirmou. Parlamentares do PFL envolvidos na redação de 30 sugestões de mudanças nas duas medidas provisórias do novo plano preferiam insistir nas correções do texto, que poderão ser vetadas posteriormente pelo presidente Fernando Collor.

O relator da MP 295 detectou nas palavras da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante o debate no Senado, disposição para negociar reajustes em prazos menores para os salários mais baixos. A intenção da Comissão Mista de mexer na política salarial fixada pelo governo foi reforçada à tarde, durante a audiência pública do diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Sérgio Mendonça. O diretor rebateu dados oferecidos pela ministra e afirmou que os salários perderam em média, no ano passado, entre 15 e 20 por cento de seu valor real. O salário mínimo teria perdido, no mesmo período, dez por cento do seu poder de compra.

Mudanças

O presidente da comissão mista que analisa o congelamento de preços e salários, senador Mansueto de Lavoura (PMDB-PE), está convencido de que a política salarial terá que mudar. Para o senador, o Congresso não pode ratificar os termos da medida provisória esperando pela recomposição do valor do salário mínimo acenada pela ministra Zélia. Segundo Mansueto de Lavoura, os trabalhadores poderão acumular uma perda de 73 por cento, caso os salários fiquem congelados até julho. Até apóia a proposta do PMDB de conceder um abono de dez por cento sobre os salários de fevereiro, que já teriam incorporado a inflação de janeiro.

O presidente da comissão que estuda a medida provisória 294, que desindexou a economia, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), considera acertadas algumas mudanças no texto original. Na opinião de Ponte, não sobreviverá a taxa de 35 por cento de imposto de renda sobre o saldo devedor da casa própria coberto pelo Fundo de Compensação Salarial. Também será alterado, segundo o deputado, o dispositivo que revogou a equivalência entre os reajustes do crédito rural e o preço dos produtos agrícolas. Os dois pontos fazem parte do esboço do projeto de lei de conversão às medidas provisórias apresentado ao governo pelo PFL.

□ O noticiário sobre o comparecimento da Ministra da Economia ao Congresso está na página 5



Congresso deve apreciar medidas terça e pareceres dos relatores só saem na quarta-feira